

A ESCOLA É PARA QUEM?: UMA ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS NA COMUNIDADE DO G1 NA REDE SOCIAL FACEBOOK SOBRE ADOLESCENTES TRANS NA ESCOLA

WHO IS SCHOOL FOR?: AN ANALYSIS OF COMMENTS IN THE G1 COMMUNITY ON THE SOCIAL NETWORK FACEBOOK ABOUT TRANS TEENAGERS AT SCHOOL

¿LA ESCUELA ES PARA QUIÉN?: UN ANÁLISIS DE LOS COMENTARIOS DE LA COMUNIDAD G1 EN LA RED SOCIAL FACEBOOK SOBRE ADOLESCENTES TRANS EN LA ESCUELA

Rosane Cristina de Oliveira¹

Código DOI

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel social da escola, tendo como ponto fundamental análise de narrativas sobre adolescentes trans estudantes expressas em redes sociais (*facebook*). As redes sociais são espaços que refletem a dinâmica e as relações sociais e, neste sentido, podem ser um campo vasto de pesquisa. Teoricamente, este estudo alicerça-se em autores que discutem a escola e o papel desempenhado no bojo da dinâmica social, tais como: Emina Santos (2019) e Louro (2003). As questões de gênero baseiam-se nos estudos de Bento & Pelúcio (2012), Modesto (2013), Preciato (2013), entre outros. A metodologia está baseada em: a) pesquisa bibliográfica sobre gênero e transgeneridade, educação e infância / crianças / adolescentes trans, com o levantamento de livros e artigos com foco em estudos teóricos e os resultados empíricos realizados e publicados no Brasil; b) análise de conteúdo dos comentários/“opiniões” acerca de postagens ou notícias sobre situações envolvendo crianças e adolescentes trans na escola, impressos na rede social *facebook*. Conclui-se que, de acordo com a maioria das narrativas analisadas, predomina o preconceito e a ideia de que a escola não é lugar para sujeitos que não estão inseridas na lógica heteronormativa.

Palavras-chave: Educação. Adolescentes Trans. Facebook. Discurso de Ódio. Escola.

Abstract

The objective of this work is to reflect on the social role of the school, having as its fundamental point the analysis of narratives about trans adolescent students expressed on social networks (specifically Facebook). Social networks are spaces that reflect social dynamics and relationships and, in this sense, can be a vast field of research. Theoretically, this study is based on authors who discuss the school and the role it plays within social dynamics, such as: Emina Santos (2019) and Louro (2003). Gender issues are based on studies by Bento & Pelúcio (2012), Modesto (2013), Preciato (2013), among others. The methodology is based on: a) bibliographical research on gender and transgenderism, education and childhood/trans children/adolescents, with a survey of books, articles and various websites focusing on theoretical studies

¹ Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil. Email: rosane.oliv7@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1286-5792>

and empirical results carried out and published in Brazil; b) content analysis of comments/“opinions” about posts or news about situations involving trans children and adolescents at school, printed on the social network Facebook. It is concluded that, according to most of the narratives analyzed, prejudice and the idea that school is not a place for subjects who are not inserted into heteronormative logic predominates.

Keywords: Education. Trans Teens. Facebook. Hate Speech. School.

Resumen

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el rol social de la escuela, teniendo como punto fundamental el análisis de narrativas sobre estudiantes adolescentes trans expresadas en las redes sociales (específicamente Facebook). Las redes sociales son espacios que reflejan dinámicas y relaciones sociales y, en este sentido, pueden ser un vasto campo de investigación. Teóricamente, este estudio se basa en autores que discuten sobre la escuela y el papel que juega dentro de la dinámica social, como: Emina Santos (2019) y Louro (2003). Las cuestiones de género se basan en estudios de Bento & Pelúcio (2012), Modesto (2013), Preciato (2013), entre otros. La metodología se basa en: a) investigación bibliográfica sobre género y transgenerismo, educación e infancia/niños/adolescentes trans, con un levantamiento de libros, artículos y diversos sitios web centrados en estudios teóricos y resultados empíricos realizados y publicados en Brasil; b) análisis de contenido de comentarios/“opiniones” sobre publicaciones o noticias sobre situaciones que involucran a niños y adolescentes trans en la escuela, impresos en la red social Facebook. Se concluye que, según la mayoría de las narrativas analizadas, predomina el prejuicio y la idea de que la escuela no es un lugar para sujetos que no están insertos en una lógica heteronormativa.

Palabras clave: Incluir palabras. De 3 a 5 palabras. Separadas por punto.

Introdução

A proposta deste trabalho é discutir aspectos que envolvem olhares acerca da escola e sua funcionalidade, tendo como ponto essencial de análise a reflexão de como a sociedade produz e reproduz narrativas transfóbicas a partir da permanência ou não de adolescentes² trans na escola.

A reflexão sobre o papel social da escola e, por conseguinte, como a sociedade compreende sua funcionalidade, são questões fundamentais. A Educação é um direito universal obrigatório e, portanto, destinado a todos os cidadãos. Para Émina Santos (2019), a escola necessita ser vista pela sociedade como um espaço de proteção à vida e, assim, está para além da socialização ou disseminação de conteúdos formais ou institucionais.

² Neste artigo utilizamos a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com o ECA é considerado criança pessoas até 12 anos e, o adolescente, são todas as pessoas entre 12 e 18 anos. Já o Estatuto da Juventude (EJ), define jovem como todos com idade entre 15 e 29 anos. Portanto, embora a categoria jovem ou adolescente, se enquadre no presente estudo, optou-se pelo termo adolescente.

Metodologicamente, este estudo baseia-se: na pesquisa bibliográfica e na análise temática de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2016). A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2008, p. 50), é fundamental no processo de elaboração e desenvolvimento do trabalho científico, pois “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Neste sentido, neste artigo, chamou-se a atenção para autores e dados de pesquisas, cuja temática está em consonância com as temáticas de identidade de gênero, o papel da escola e a questão da transgeneridade.

Em relação à análise temática de conteúdo, de acordo com Laurence Bardin (2016, p. 31), salienta-se que “[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” Assim, a partir da leitura, compilação e análise dos comentários selecionados na rede social *Facebook*, foram elencados um conjunto de “opiniões” que remetem às formas de compreender o papel da escola, valores morais, desconhecimento e desqualificação da existência da diversidade de gênero e orientação sexual, ódio em relação às pessoas que não estão na lógica binária heteronormativa.

As redes sociais tornaram-se espaços de disseminação de conteúdos diversos e, entre eles, destacamos as publicações de opiniões variadas sobre questões sociais. Assim, entendemos tais opiniões e/ou comentários como uma possibilidade de expressão dos valores e formas de ver o mundo e que, dependendo do “assunto”, tende a revelar impactos positivos ou não, em torno da dinâmica social. A rede social, na atualidade, é de grande relevância para as relações sociais, pois, além de aproximar pessoas e grupos sociais, produz interação entre públicos diversificados, chamados “públicos em rede”.

De acordo com Castro e Spinola (2015, p. 173),

[...] Neste momento observa-se a importância da demarcação: a partir do surgimento e apropriação dos sites das redes sociais, os atores passam a registrar seus passos, conversas e interações em rede. Consequentemente surge a possibilidade de mapear gostos, atos, ideias e conexões de milhares de pessoas, investigar padrões entre essas múltiplas redes, principalmente através das interações que são mediadas por essas ferramentas.

Faz-se importante salientar que ao expor comentários nas redes sociais, a tendência é universalizar e encontrar ecos entre os demais participantes destas redes. Portanto, compreende-se, neste estudo, que

ao elencarmos temas no campo das questões de gênero e sexualidade, tendo como ponto de análise a escola, evidenciamos olhares sobre seu papel, ou seja, para parte da sociedade, quem pode ou não estar no espaço escolar.

Para conduzir a análise, elencamos duas notícias publicadas no Portal de Notícias da Globo - G1, em sua página na rede social *facebook*³, sobre situações que envolveram adolescentes trans dentro do ambiente escolar. Geralmente, notícias que abordam questões de gênero atraem grande número de comentários, que expressam apoio, neutralidade, desdém ou ódio. O *facebook* possui algumas características interessantes. Além de ter grande número de comunidades de orientações variadas, dentro de cada uma delas existe a possibilidade de realizar buscas através de palavras ou termos específicos. O conteúdo dos comentários constitui um “termômetro” interessante sobre como a sociedade compreende (ou não) o papel da escola em relação à diversidade de gênero e sexualidade.

A primeira notícia escolhida para análise dos comentários, publicada pelo jornal G1, intitulada “Escola nega matrícula para aluna trans de 13 anos no Ceará, diz mãe”, no dia 22 de novembro de 2017, obteve mais de novecentos comentários e mais de cem compartilhamentos. A segunda notícia, com o título “Sem Palavras”, publicada em 3 de novembro de 2021, diz respeito à denúncia de uma adolescente trans, sobre ter sido impedida de usar o banheiro feminino na escola, em Pernambuco. Esta notícia recebeu mais de dois mil comentários.

Cabe enfatizar que por interagir no espaço virtual, a concepção de que há total liberdade para expressar o pensamento, por vezes mascarado pelas noções pautadas no senso comum, em se tratando de questões de gênero e sexualidade, revela o distanciamento do respeito à vida daqueles que não estão inscritos na lógica heteronormativa binária.

Neste sentido, liberdade de expressão confunde-se com discurso de ódio. Nas redes sociais são comuns narrativas que desqualificam, inferiorizam ou desprezam os indivíduos: comentários que remetem à xenofobia, racismo, misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia, entre outros, costumam ser disseminados utilizando a “liberdade de expressão”. Nesta perspectiva, embora a institucionalização da

³ O Facebook é um website, “que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores” (CORREIA e MOREIRA, 2014). Nesta rede social, há diversas formas de interação, desde publicações sobre seu próprio cotidiano, divulgação de informações de modo geral, até interação em postagens diversas, revelando “opiniões”, que englobam assuntos do campo cultural, economia, política, polêmicas.

delegacia para crimes na internet apresente-se atuante, ainda há um longo caminho a ser percorrido na aplicação de sanções aos autores de tais crimes.

Do ponto de vista educacional, a escola reflete, no seu ambiente, as dinâmicas da sociedade. De acordo com Louro (1997, p. 120):

Escolas e academias, em suas práticas, experimentam continuidades e discontinuidades, realizam deslocamentos e, eventualmente, rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de formas talvez tímidas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais — de classe, raça, gênero, etnia — vividas pelos sujeitos.

Entretanto, ainda que as discussões sobre as questões de raça, gênero e sexualidade atravessem a comunidade escolar, os valores e os elementos culturais que fazem parte das relações sociais refletem-se na escola. Neste sentido, considera-se, neste trabalho, que as “opiniões” obtidas a partir dos comentários das matérias escolhidas são oriundas de sujeitos diversos, que têm olhares múltiplos sobre a escola e suas práticas.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira parte, **Discutindo a transgeneridade e o sistema educacional brasileiro**, está pautada na discussão sobre a transgeneridade, chamando a atenção para as questões conceituais e o sistema educacional no Brasil, especialmente a partir da década de 1990. A segunda parte, **A escola é para quem? Análise das “opiniões” na rede social sobre adolescentes trans e sua permanência na escola**, baseia-se na análise dos comentários de internautas, seguidores e/ou leitores da comunidade do G1, na rede social facebook, em torno de adolescentes estudantes trans.

Discutindo a transgeneridade e o sistema educacional brasileiro

Os primeiros estudos sobre “transexualidade” são da década de 1950 e eram, geralmente, produzidos por médicos. O endocrinologista Harry Benjamin implementou um trabalho comparativo entre pessoas transexuais e as demais homossexualidades. Uma questão destacada pelo médico foi a “abjeção” das pessoas transexuais em relação à genitália. Por este motivo, após a comprovação científica de que o sujeito possui “verdadeira transexualidade”, a cirurgia seria recomendada. Em 1966, com a publicação do livro “O fenômeno transexual”, o médico esclarecera as etapas para a elaboração de um diagnóstico

adequado (que seria a abjeção do sujeito em torno de sua genitália). Estas indicações encontraram profunda resistência entre psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, pois estes profissionais se manifestaram contrários a qualquer intervenção corporal (mutilações, entre outras).

Nos anos 1970, a transexualidade foi intitulada no meio médico de “disforia de gênero” e, nos anos 1980, foi incluída no Catálogo Internacional de Doenças. A inclusão no Catálogo alocou a transexualidade como uma doença e, portanto, passível de diagnóstico. Ainda em 1980, a Associação de Psiquiatria Norte-Americana incluiu-a no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, como “Transtorno de Identidade de Gênero”. De acordo com Berenice Bento & Pelúcio (2012, p. 572),

[...] a Saúde (CID-10) apresenta os códigos e a tipificação da doença que devem estar presentes em todos os diagnósticos para que tenham validade legal. O “transexualismo”, por exemplo, é definido como “transtornos da identidade sexual (F64.0)”. Além “do transexualismo”, há o “travestismo bivalente (F64.1), o transtorno de identidade sexual na infância (F64.2), outros transtornos da identidade sexual (F64.8), o transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9)”, ou seja, eliminou-se, em 1973, o “homossexualismo” do DSM8 e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais.

O artigo de Berenice Bento e Larissa Pelúcio, publicado em 2012, fez uma crítica contundente ao processo de patologização do gênero. As autoras salientam que desde o início dos anos 2000, um número expressivo de estudos e movimentos sociais em prol da despatologização foi fundamental. Um ponto interessante no artigo de Bento e Pelúcio são as discussões sobre o “normal” e o “transtorno” de gênero. Ao elencar os argumentos (do senso comum ou não), a diferença natural entre os gêneros (ou se nasce homem ou se nasce mulher), está entre os mais utilizados. Alocados no determinismo biológico, esta concepção de gênero atrelada ao sexo biológico foi amplamente refutada, pois,

Discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser desde sempre cultura. Nas últimas décadas, essa disputa interna e externa ao mundo acadêmico ficou explicitada. Cientistas sociais, historiadoras/es, filósofas/ os e alguns setores do ativismo LGBTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos) vêm produzindo discursos contra-hegemônicos ao poder/saber da biomedicina. (Bento & Pelúcio, 2012, p. 575)

O segundo argumento, de que pessoas transexuais e travestis estão mais propensas ao suicídio (especialmente após cirurgias), também foi refutado pelas autoras. A pessoa que deseja, legalmente, fazer todos os processos convencionados para a mudança corpórea, o faz em consonância e plenamente consciente. Portanto, não há indício algum de transtornos mentais. Assim, para as autoras, seria imprescindível “questionar o protocolo, nos termos em que vem sendo implementado, e encarar a questão da patologização do gênero na arena de debates, situando-o como categoria científica, por isso mesmo, histórica, o que significa considerar também seu caráter político”. (Bento & Pelúcio, 2012, p. 576)

Os demais argumentos, *concessões estratégicas* e *autoridade científica*, estão pautados na dimensão política e na autoridade médico-científica, pelo fato de que a transexualidade estaria inserida nos manuais de doenças. Somente em 2018 a transexualidade deixou de compor os manuais diagnósticos na condição de transtorno de identidade de gênero.

Edith Modesto, pesquisadora das áreas de semiótica e linguística da Universidade de São Paulo, publicou, em 2013, o artigo “Transgeneridade: um complexo desafio”. Neste artigo, a autora refuta o conceito de gênero alicerçado nas diferenças de cunho biológico, e, do mesmo modo, salienta o fato de que as pessoas trans podem assumir qualquer tipo de orientação sexual disponível no campo cultural da nossa sociedade. A busca identitária, para a pessoa trans, como algo necessário e desejado por este grupo, para Modesto (2013, p. 58) não é observado como algo definidor do lugar do sujeito e, portanto,

Resumindo, a questão de se ter uma identidade, como algo definidor e estático é repudiada por nós e sugerimos gradientes subjetivos de identidades de gênero que se interdependem e se complementam com gradientes subjetivos de orientações sexuais e comportamentos sociais de sexo/gênero, que caracterizam indivíduos. Alguns desses sujeitos realizam um trabalho de transgressão das normas compulsórias de modo de ser e de comportamentos e são precursores das mudanças sociais.

Esta afirmativa por parte da autora está embasada nos trabalhos de campo e inúmeros depoimentos advindos das narrativas dos colaboradores. Nestes depoimentos, salientou a autora, parte significativa afirma aceitar identitariamente ser chamada de travesti ou transexual por força de luta e representatividade política. Entretanto, enfatiza que “o ser humano, regido por gradientes que se interdependem e se complementam no tempo, é de um constante devir, passível de mudanças e tem o direito fundamental de ser quem sente que é” (Modesto, 2013, p. 58).

Destaca-se que a transgeneridade está além de pensar desejo e satisfação sexual, através do processo de transição corpórea ao qual as pessoas trans submetem-se. Cabe, portanto, ressaltar a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Em geral, a orientação sexual está atrelada à busca de relacionamentos afetivos e/ou sexuais, seja entre pessoas do mesmo sexo ou não. Já a identidade de gênero diz respeito a como o sujeito se sente, se identifica, se aproxima do gênero feminino ou masculino. As pessoas trans, ao não se identificarem com a imagem refletida no espelho, ou seja, o corpo biológico não condiz com seus anseios e sentimentos, sentem desconforto e sofrimento. Por isso, neste processo a transição de gênero se faz importante.

Nesta direção, outro estudo interessante de Berenice Bento merece destaque. Anterior à retirada da transexualidade da lista de doenças mentais, ocorrida em 2018, a autora publicou, em 2009, um estudo que apontava para a subjetividade em torno da questão trans e demonstrou que não necessariamente a busca por cirurgia para “mudança de sexo” ocorre por abjeção do sujeito ao corpo que habita.

O corpo é o principal elemento de percepção do sujeito em sociedade. Entretanto, para a pessoa trans, não necessariamente a descoberta do corpo sexuado é um processo rápido. No campo das emoções e dos sentimentos, o sujeito sente, se vê, sonha e deseja. Mas isso não se dá em consonância com o sexo biológico. Portanto, não se trata de nojo, repulsa e não aceitação, mas, sim, em muitos casos, de uma busca por aproximar e igualar o sentimento e a percepção de ser ao que os olhos observam. Olhar-se num espelho e a imagem refletida mostrar-se contrária ao que sente, representa uma das incontáveis subjetividades que habitam o sujeito.

Neste sentido, compreende-se a transgeneridade como orientação sexual e identitária, e, portanto, perceptível desde a infância⁴. No Brasil, percebe-se um hiato em torno dos estudos que abordam a criança trans. Entretanto, chamamos a atenção para dois aspectos essenciais: o primeiro é a dificuldade metodológica e o segundo é a questão ética para realizar estudos com crianças e adolescentes, pois há cuidados redobrados a serem tomados, com o intuito de preservar e evitar exposição e sofrimento. E, se tratando de crianças trans, o sofrimento desde cedo é um fator a ser pensado, pois, ao se observarem diferentes da maioria das demais crianças, sentem-se isoladas, justamente por não se identificarem com

⁴ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são consideradas crianças pessoas com até 11 anos e 11 meses de idade. Já o adolescente é toda pessoa com idade entre 12 e 18 anos. Em relação aos jovens, O Estatuto da Juventude define jovem como pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

elas. De acordo com Vaz (2021), a patologização da transgeneridade infantil é preciso ser combatida e, além disso, é fundamental ouvir as crianças trans e legitimar suas experiências.

Outro estudo que merece destaque é o de Preciato (2013), intitulado “Quem defende a criança queer?”, escrito em 2013, como uma crítica ao movimento que se instalou na França em defesa da família e do direito das crianças em ter pai e mãe. Para o autor, o argumento central do movimento estava pautado, de fato, em ataques às pessoas homoafetivas, utilizando argumentos conservadores e religiosos para justificar preconceito e, também, para afirmar a heteronormatividade como a única possibilidade para a infância.

A criança que Frigide Barjot diz que protege não existe. Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. Uma criança que privam de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais. Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte. (Preciato, 2013, p. 96)

Neste trabalho, o autor enfatizou que o entendimento de que a criança necessita de proteção, também colabora para que instituições sociais (família, escola, sistema de saúde) exerçam vigilância e controle sobre as crianças, inibindo suas experimentações e vivências em torno do gênero. Assim, embora estas instituições se apresentem como defensoras das crianças, podem, em muitos casos, perpetuar a repressão e a exclusão de crianças que não estão inseridas na heteronormatividade.

A vivência da criança trans, em geral, é observada com preconceito e desconhecimento. Para Godoy (2021), o próprio Estado, do ponto de vista legal, salienta que a criança é um indivíduo incapaz e, por conseguinte, sem discernimento psicológico e social para compreender os aspectos que envolvem sua identidade de gênero.

Em 2022, foi publicado o resultado da pesquisa “Identidade de Gênero 5 anos após a transição”, de Kristina R. Olson, Lily Durwook, Rachel Horton, Natalie Gallagher e Aaron Devor. Neste estudo, os pesquisadores constaram que:

[...] em média, 5 anos após sua transição social inicial, 7,3% dos jovens haviam retransitado pelo menos uma vez. No final desse período, a maioria dos jovens se identificou como jovens transgênero binários (94%), incluindo 1,3% que retransitaram para outra identidade antes de retornar à sua identidade transgênero binária. Um total de 2,5% dos jovens se identificou

como cisgêneros e 3,5% como não binários. Identidades cisgênero posteriores foram mais comuns entre jovens cuja transição social inicial ocorreu antes dos 6 anos; suas retransições frequentemente ocorreram antes dos 10 anos. (Olson, et al., 2022, s/p)

Portanto, é possível observar que a “retransição” é pouco frequente, ou seja, pessoas que iniciam o processo de transição de gênero desde a infância, continuam o processo de identidade de gênero trans.

Neste sentido, podemos afirmar que a identidade de gênero se apresenta desde a tenra infância. Neste processo, é importante observarmos os espaços de sociabilidade da criança e, por conseguinte, quais são as dinâmicas e possibilidades enfrentadas. A escola, na condição de espaço formal e de exercício de cidadania, tem um papel crucial. No entanto, o sistema educacional brasileiro ainda apresenta resistências em relação à inclusão e permanência de crianças e adolescentes trans.

A educação, na condição de direito social, e a escola como um espaço de proteção desse direito, foram o ponto de reflexão de Émina Santos (2019). Para a autora, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/1990), mostraram-se cruciais no que tange à proteção dessa parcela da sociedade:

Com isso, inaugura uma nova concepção formal de educação e de escola a partir de três premissas jurídicas, ainda hoje perseguidas na sua efetiva materialidade: a primeira delas é que crianças e adolescentes se apresentam à escola como sujeitos de direitos, e não indivíduos menores (de acordo com o então vigente código de menores), em suas capacidades cidadãs, que demandam objetivamente serviços de qualidade; a segunda delas define a escola como um espaço privilegiado de proteção dos direitos desse segmento da população, que em articulação com outras instituições estrutura o Sistema de Garantia de Direitos e fortalece a rede social protetiva de direitos; e a terceira premissa, derivada das duas anteriores, é a necessidade de se forjar um novo paradigma de educação enquanto direito humano subjetivo, no qual os seus princípios primordiais (totalidade, disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade) ganham contornos de efetivação de política pública demandada pela sociedade civil. (Santos, 2019, p. 8-9)

As concepções formais apontadas pela autora são fundamentais em relação à escola como um espaço de proteção, acolhimento e de manutenção dos direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, salienta-se que a escola também é o lugar de reprodução das dimensões sociais e culturais que permeiam a sociedade. E, neste sentido, as relações de gênero e orientação sexual, temáticas que enfrentam preconceito e violência, aparecem dentro da escola como um problema. A criança e o adolescente trans,

sujeitos que estão fora da lógica heteronormativa, tendem a vivenciar na escola violências físicas e psicológicas.

Louro (1997, p. 58), ao discutir o papel da escola, historicamente observada como um lugar de distinção e exclusão, salientou que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.

Outra questão abordada por Louro (1997) diz respeito às chamadas "regras de linguagem" tradicionais que apresenta o termo "homem" no intuito de universalização, ou seja, "toda espécie humana". O problema que esta designação representa é o ocultamento tanto do feminino quanto de qualquer sujeito que esteja fora da lógica binária heteronormativa.

Neste sentido, ao silenciamento, ocultamento ou não dito, como é o caso da escola em relação não só às meninas, mas também às pessoas homossexuais, Louro observou que:

Além disso, tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. (Louro, 1997, p. 67)

Este processo de ocultamento das pessoas LGBTQIAPN+ apresenta como consequência várias situações vexatórias e "insultos" destinados a estes estudantes no espaço escolar. Louro (1997), chama a atenção para os atravessamentos em torno dos estudantes gays e lésbicas e, embora não cite diretamente as pessoas trans, é importante salientar que a violência destinada a este grupo é alarmante.

Entre os meses de agosto de 2024 e janeiro de 2025, a Aliança Nacional LGBTI+ e o Instituto Unibanco realizaram uma pesquisa intitulada Pesquisa Nacional Sobre o Bullying no Ambiente Educacional

Brasileiro⁵. Os dados foram obtidos a partir da ampla divulgação de um questionário online com o intuito de alcançar estudantes de todo o país. O total de 1.349 estudantes responderam a pesquisa e 1.170 se identificaram como LGBTI+. De acordo com a amostra, em relação à identidade de gênero, 4% se declaram mulheres trans e 14% homens trans. No que tange à “insegurança escolar”, 86% dos respondentes sentem insegurança na escola por alguma característica pessoal e, em se tratando de pessoas trans/travestis, são 93%. Sobre as formas de violência, 90% sofreram agressões verbais, 34% foram vítimas de violência física. A violência física, quando destinada às pessoas trans e negras, aumentam 4%, chegando a 38%.

Os dados desta pesquisa demonstraram que, além da escola ser um lugar inseguro, os estudantes enfatizaram que o maior número de agressores são os próprios colegas (97%), seguidos dos professores (34%), gestores (16%) e demais profissionais que atuam na escola (10%). Como consequência deste cenário, 47% dos estudantes faltaram à escola e, quando se trata de estudantes trans, esse percentual sobe para 58%. Portanto, o risco de evasão escolar aumenta entre as pessoas trans. Além disso, a saúde mental dos estudantes LGBTI+ é afetada de forma devastadora: os dados apontaram que 94% dos estudantes declararam que se sentiram deprimidos.

O trabalho organizado por Thamirys Nunes, intitulado *Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro*, publicado em 2021, é interessante para compreendermos o sistema educacional no Brasil e como as crianças e adolescentes trans estão inseridos (ou não) neste sistema. No capítulo “Por uma proteção integral à criança e ao adolescente no Brasil”, Carlos Nicodemos e Tainá Juliano, chamaram a atenção para a importância da institucionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8069/90, bem como a necessidade de construir uma nova forma de interpretar e incluir uma reflexão acerca da universalidade do ECA, tendo como ponto essencial a garantia dos direitos das crianças e adolescentes trans. Para os autores:

O que demandamos, então, para as crianças e adolescentes trans, sob o já da universalidade do alcance do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma pirâmide de proteção, de inspiração democrática e inclusiva. E isso, numa condição da criança e do adolescente enquanto sujeito social com status de prioridade absoluta. (NICODEMOS & JULIANO, 2021, p. 17)

⁵ O relatório completo pode ser consultado no site: <https://aliancalgbti.org.br/relatorio-pesquisa-nacional-sobre-o-bullying/>.

Outra questão enfatizada no referido estudo é o que os autores chamaram de “pirâmide de proteção” em torno das pessoas LGBTQIAPN+. Esta pirâmide é composta de várias resoluções, pareceres e documentos diversos, nacionais e internacionais, destinados à inclusão, proteção e garantia de direitos. Especificamente no campo educacional, a Resolução n. 1/2028 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (MEC), “reconhece a importância do ambiente escolar saudável e acesso ao nome social, segundo a identidade de gênero, conforme estabelecido para a manutenção da permanência nos estudos” (NICODEMOS & JULIANO, 2021, p. 28).

Portanto, entrelaçando a importância da família e da sociedade, a escola representa um importante aliado na formação do indivíduo, pois é no ambiente educacional formal que a criança e o adolescente vivenciam experiências sociais, constroem vínculos, consciência e os aspectos normativos que permeiam a vida em sociedade. Entretanto, “são constantes os relatos de crianças e adolescentes trans que sofrem dentro do sistema educacional brasileiro – seus direitos fundamentais são violados de diversas formas e em diferentes níveis” (NICODEMOS & JULIANO, 2021, p. 35).

Neste ponto, os autores apresentam os resultados da pesquisa sobre a vivência das crianças e adolescentes trans nas escolas, com o intuito de verificar e contribuir para o entendimento da qualidade de vida no ambiente escolar. O objetivo do estudo foi a identificação dos problemas enfrentados por esse público e contribuir para a elaboração de práticas significativas que possam ser utilizadas pela comunidade escolar, com a finalidade de coibir e desconstruir comportamentos violentos em relação aos alunos trans. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa qualitativa não foi aplicada diretamente aos alunos, mas sim aos seus responsáveis legais (mães, pais, tutores), por entender que a temática é sensível e poderia comumente provocar desconforto ou gatilhos emocionais nas crianças e adolescentes trans. Resumidamente, os resultados demonstraram que a maioria das crianças e adolescentes trans já haviam sofrido agressões, bullying, constrangimento, tanto por parte dos colegas, como também por parte de professores e membros da administração escolar.

Outra questão a ser destacada é o resultado da pergunta: “Você considera que o ambiente educacional brasileiro é seguro para as crianças e adolescentes trans?”: 98% das famílias entrevistadas responderam que o ambiente educacional brasileiro não é um lugar seguro para crianças e adolescentes trans.

Neste sentido, é interessante verificar como a sociedade compreende o papel da escola e a criança e adolescente trans e, assim, refletir sobre as possibilidades interpretativas que demonstrem (ainda que parcialmente) por que a escola é um lugar que não oferece efetivamente segurança e proteção para as pessoas trans.

Percurso metodológico

Do ponto de vista metodológico, conforme apontado na introdução, este trabalho pauta-se na análise de conteúdo, seguindo as indicações de Laurence Bardin. De acordo com a autora, a análise de conteúdo alicerça-se em três elementos: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A fase da pré-análise, em geral, baseia-se na organização do material a ser analisado, com o intuito de sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase, a autora enfatiza a “leitura flutuante”, salientando que “pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (Bardin, 2016, p. 64).

No contexto desta pesquisa, a busca pelas matérias ocorreu de forma “intuitiva” ao elencar a chave de busca “estudantes trans na escola” no Google. Entre a maioria das opções listadas na referida busca, duas reportagens chamaram a atenção, justamente pelo título. Em seguida, ao escolher as duas notícias, conforme apontado adiante, ambas estão no Portal de Notícias do G1. Este portal de notícias é interessante pois está, também, dentro da rede social *facebook*. Esta rede permite comentários/opiniões inseridos por qualquer pessoa que acompanhe direta ou indiretamente esta rede.

No processo de exploração do material das notícias, foram lidos e organizados em torno de 1.200 comentários. Ainda de forma intuitiva, a leitura dos comentários apresentou elementos como ódio, repulsa, culpabilização da mãe e aberração. Destes comentários, os critérios para a análise foram baseados nos temas: a escola e estudantes trans, pais de estudantes trans, inclusão/exclusão de estudantes trans. Em geral, os comentadores se posicionavam como pais ou outros graus de parentesco de crianças e adolescentes e sinalizavam para o perigo de seus filhos/parentes comungarem do mesmo espaço que crianças e adolescentes trans.

Diante desta constatação, a indagação fundamental deste trabalho (“a escola é para quem?”), tendo como ponto de reflexão a “opinião” de comentaristas em torno de duas matérias jornalísticas demonstrou que parcela da sociedade entende o espaço escolar como aquele que deveria refletir a forma de pensamento de determinados grupos sociais. As questões que envolvem a diversidade de gênero e sexualidade, apontados pela maioria dos comentaristas, são ignoradas ou observou-se a reprodução de discursos conservadores e de ódio a qualquer pessoa que esteja fora do binarismo heteronormativo.

No processo de análise do material e interpretação dos resultados, optou-se pela dimensão temática de conteúdo. De acordo com Bardin (2016, 132),

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores de crenças, de tendências etc. as respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretas ou mais estruturadas), individuais ou em grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, e frequentemente são, analisados tendo o tema como base.

Neste sentido, este trabalho alicerça-se na perspectiva de que as “opiniões” compartilhadas nas redes sociais traduzem formas de pensar, agir, valores, de determinados grupos sociais. As redes sociais são espaços de troca e interações diversas e, de acordo com Zenha (2018, p. 24),

Entende-se, como Rede Social online, o ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria (desenho/mapa de um conceito) que se organiza agregando perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum.

As reportagens publicadas pelo Portal de Notícias G1 é amplamente divulgada em sua página da rede social *facebook*. Em julho de 2025, a página da referida rede contava com 11.762.831 seguidores. Assim, as notícias publicadas recebem grande número de interações. Por este motivo, a análise dos comentários inseridos nas reportagens escolhidas pode ser observada como um termômetro de como uma parcela da sociedade brasileira compreende as questões de gênero e, em especial, a transgeneridade e os atravessamentos enfrentados pelas pessoas trans no espaço escolar.

A escola é para quem? Análise dos comentários na rede social sobre adolescentes trans e sua permanência na escola

Conforme chamamos a atenção na primeira parte deste trabalho, as interações típicas nas redes sociais estão pautadas na ideia de que as opiniões podem ser expostas livremente. Em 2013, de acordo com o relatório publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “a liberdade de pensamento e expressão é pedra angular de qualquer sociedade democrática”. O artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos enfatiza o direito de toda pessoa à liberdade de expressão: “a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma expressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.”⁶

A liberdade de expressão a partir do exposto pela Convenção Americana sobre os Direitos Humanos traduz-se na ideia de que nenhuma expressão / opinião poderia ser silenciada. Entretanto, a liberdade de expressão, quando exposta de forma irrestrita, pode tornar-se discurso de ódio, conforme salientou Catherine MacKinnon (1988), enfatizando que esta modalidade de discurso (ódio), em geral, silencia ou se sobrepõe à expressão. Assim, no bojo das relações sociais, o discurso pode ultrapassar a liberdade de expressão, especialmente se tomarmos como foco de análise a cultura machista, sexista, misógina e transfóbica enraizada na sociedade brasileira.

Neste sentido, a análise de dois casos que envolvem estudantes trans dentro do ambiente escolar, e suas respectivas repercussões na rede social, apresenta-se como uma oportunidade interessante para a compreensão da interrelação entre liberdade de expressão, discurso de ódio, papel da escola e transgeneridade.

As notícias escolhidas para análise dos comentários / opiniões, publicadas pelo Portal de Notícias da Globo – G1, foram: a) “Escola nega matrícula para aluna trans de 13 anos no Ceará, diz mãe”⁷, no dia 22 de novembro de 2017, que obteve mais de novecentos comentários e mais de cem compartilhamentos; b) a segunda notícia, com o título “Após denúncia de aluna trans, banheiro para pessoas não binárias é

⁶ Liberdade de expressão e internet / [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Comissão Interamericana de Direitos Humanos]. v.; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L)

⁷ Para ler a reportagem na íntegra, acesse: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/escola-do-ce-nega-matricula-para-aluna-transgenero-diz-mae.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&fbclid=IwY2xjawEvULtleHRuA2F1bQIxMAABHU9a3k-Q7ltcG0_3AZZmqZtRJ31HQqdL-EEPZt-L3qihRbZkuaXIJ1TtQg_aem_tlG8kSk1d9_Z1l3swp4JXw

instalado em escola pública: 'fiquei sem palavras'”⁸, publicada em 3 de novembro de 2021, pautada na denúncia de uma aluna trans, sobre ter sido impedida de usar o banheiro feminino na escola, em Pernambuco, recebeu mais de dois mil comentários.

Após a leitura dos comentários, aproximadamente 400 comentários da primeira notícia e 800 da segunda, no processo de interpretação dos resultados (a terceira fase da análise de conteúdo), constaram-se duas questões: por um lado, a maioria dos comentários são de pessoas que têm filhos em idade escolar e que, portanto, se posicionaram no sentido de “proteção” dos direitos de seus filhos, entendidos como crianças “normais” e, por outro lado, culpabilização da mãe pela “má-criação” destinada ao filho que, por este motivo, tornou-se uma “aberração”.⁹ No comentário a seguir, observamos a “indignação” com o fato de que uma criança de 13 anos é trans:

Pergunta a mãe da menina se eu posso urinar no banheiro da casa dela quando ela estiver lá dentro. A regra é clara, nasceu com pinto, banheiro masculino. (G1 – 2021)

O comentário acima refere-se à reportagem de 2021, sobre a polêmica em torno do uso do banheiro feminino por uma aluna trans, e recebeu dezenas de *likes*, ou seja, concordância com a opinião. Nota-se um profundo desconhecimento sobre as necessidades de uma criança e adolescente trans, dentro da escola, comparando-a ao espaço privado.

Entre os mais de mil comentários lidos e analisados, a seleção de aproximadamente 80 opiniões reflete o pensamento transfóbico e qual deveria ser o papel da escola. Destes, para compor este estudo, utilizaram-se 18 opiniões, que compuseram as análises. A escolha destas opiniões foi baseada no fato de que, por aproximação interpretativa, elas refletem a maioria das formas de olhar dos comentaristas em torno da temática.

⁸ Para ler a reportagem na íntegra, acesse: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/10/28/aluna-trans-denuncia-ter-sido-proibida-de-usar-banheiro-feminino-de-escola-fui-trocar-de-roupa-e-um-funcionario-disse-nao-era-lugar-de-homem.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&fbclid=IwY2xjawE5tpxleHRuA2FlbQIxMAABHXc6iwcnbyYi1nbgpne4eJkx2001Yi8ii1nysdJUXG7b_tI9ykyx3wMolg_aem_QNSnQyOhUXSay6LIwvtxQ

⁹ Estas constatações estão pautadas nas “falas” da maior parte dos comentários analisados. É importante enfatizar que os comentários em solidariedade e defesa dos direitos das crianças e adolescentes trans são interessantes, mas em menor quantidade.

Em seguida, com base na orientação de análise temática de conteúdo, elencaram-se três eixos temáticos: a) a escola não é lugar para pessoas não binárias; b) a questão trans pautada na “escolha”; c) incapacidade da criança de expressar a identidade de gênero e orientação sexual.¹⁰

A seguir estão dispostas algumas “opiniões” selecionadas, das respectivas reportagens e análise a partir dos eixos temáticos:

a) A escola não é lugar para pessoas não binárias

A escola, conforme exposto anteriormente, é um ambiente que reflete os comportamentos e as dinâmicas da sociedade. Neste ponto, as questões expostas por Louro (2003), em torno das tímidas transformações que escola tem apresentado, são fundamentais. Entretanto, em se tratando de questões de gênero e sexualidade, a desinformação e o preconceito ainda são entraves para a construção da escola enquanto um espaço de acolhimento, inclusão e respeito à vida. Na “opinião” dos comentaristas, a escola é ambiente para o desenvolvimento da criança, mas não da criança trans:

Deixem nossas crianças em paz! Deixem elas se desenvolverem no ambiente que tiveram a oportunidade de nascer, crescer e se desenvolver. No futuro caso façam opção por outro gênero que sigam a vida, mas aceitem aqueles que optaram não seguir o mesmo caminho. Isso não é preconceito, isso é respeito mútuo! (G1 – 2021)

Acho que crianças muito novas, não deveriam ter acesso a esses banheiros, para não confundir, as cabeças das crianças. Há tantos lugares de adultos que ainda não têm esse terceiro banheiro, porque temos que começar com escolas? (G1 – 2021)

Os trechos a seguir representam o não reconhecimento da identidade trans e, ao mesmo tempo, um discurso de ódio. Para os comentaristas, gênero e sexualidade estariam no campo de escolha e, por este motivo, ser trans estaria atrelado à má educação proporcionada pelos responsáveis. Além disso, a aproximação entre crianças cis e trans representaria uma “aberração”, inadmissível, pois poderia levar “crianças normais” à assimilação de comportamentos e “escolhas erradas”:

¹⁰ Os comentários podem ser apagados a qualquer momento pelo autor e, além disso, por questões éticas, optou-se pela não exposição do nome. Ao final de cada comentário está G1 – 2017 ou G1 – 2021, para identificar a reportagem que foi comentada.

Parabéns a escola e seus diretores os nossos filhos normais não são obrigados a conviver com estes seres sem alma adeptos do satanás (G1- 2021)

É uma situação bem complicada, pq com certeza a escola deve está tendo prejuízos por causa dessa “aluna”, pq fica difícil pros pais das outras crianças aceitarem os seus filhos crescerem convivendo com uma pessoa assim, eu particularmente se tivesse uma pessoa assim na sala de aula da minha filha eu tirava ela da escola, é muito confuso pra cabeça de uma criança isso, e sem contar que ela pode achar que é normal e querer fazer o mesmo. É uma situação bem difícil de se resolver. (G1 – 2017)

Só uma perguntinha...e os pais das alunes dessa escola? Será q irmão permitir q suas filhas de 13 anos (crianças ainda) usem o mesmo banheiro q essa “menina”? Ou a mesma continuará usando o banheiro masculino? Eu se tivesse uma filha nessa escola JAMAIS permitiria!!(G1 – 2017)

Ou seja, agora menino e menina poderão ficar nus um na frente do outro dentro da escola, e com consentimento da direção, baixaria!!! Eu tiraria uma filha minha de um colégio como esse... as chances de acontecer um abuso só aumentam nesses casos onde se divide banheiro para ambos os sexos... (G1 – 2021)

Melhor que seja assim, do que “meninas trans” frequente o banheiro que minha filha vai estar. (G1 – 2021)

Outra questão que permeou as narrativas analisadas, diz respeito à perspectiva heteronormativa de que qualquer identidade fora a binariedade, além de inaceitável, estaria em oposição à heteronormatividade. Neste ponto, Judith Butler, em *Problemas de Gênero (...)*, ao discutir gênero como substância, chamou a atenção para o processo de consolidação do binarismo como “natural” na sociedade. Para a autora:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opacionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (Butler, 2018, p. 41-42)

Assim, qualquer pessoa que esteja fora da lógica binária heteronormativa, ou está em oposição ou está em dissonância com o que é considerado “normal”. Os trechos seguintes salientam, de certa forma, a visão unilateral e excludente em torno da pessoa trans:

Gente tem que respeitar a maioria, e me desculpe hj os heterossexuais são a maioria. Da mesma forma que uma pessoa trans tem o direito de querer utilizar o banheiro do sexo que não é o seu de origem, eu também como heterossexual tenho o direito de não aceitar.

Se querem uma legislação específica para a causa onde as instituições devem ter banheiros específicos, e os documentos oficiais devem conter o nome social, tem que recorrer aos seus representantes no congresso e não querer enfiar goela abaixo suas convenções.

Isso não quer dizer preconceito longe de mim mas precisamos ser mais racionais nestas questões, os pais desta criança será que pensaram nos demais pais das outras crianças que estudam nesta escola, e a cabeça das demais crianças que tbm estudam nesta escola como ficaria. (G1 – 2017)

Se for verdade, a posição da escola está correta. Até porque a escola e os alunos não são obrigados a se adaptar a uma condição anormal dessas. É muita confusão para a cabeça de uma criança convencional. (G1 – 2017)

Escola está certa ou é ou não é, escolas são lugares pra estudar e não pra se promover, esse tipo de gente só quer aparecer, PARABÉNS PRA ESCOLA (G1 – 2017)

Para além do não reconhecimento dos direitos fundamentais, a escola seria um lugar somente para pessoas alocadas na heteronormatividade, e ser responsável por uma criança ou adolescente trans significaria, para alguns comentadores, um desvio de conduta, um crime, passível de punição. O trecho abaixo recebeu mais de 100 likes:

Ta certa a escola.. E digo mais tinha que mandar o conselho tutelar ir até a casa dos pais dessa criança ver porque estão fazendo isso.. Que baxaria cara.. 13 anos e a idade de criança e já de definir sexo.. Que afinal já esta definido (G1 – 2017)

b) A questão trans pautada na “escolha”

Desde as reflexões de Simone de Beauvoir, ainda na primeira metade do século XX, as questões de gênero e sexualidade continuam a levantar diversas discussões. Ao afirmar que o sexo biológico não define o sujeito, pois “ninguém nasce mulher, torna-se”, a autora salienta que é preciso olhar a pessoa em toda sua subjetividade. Na primeira parte deste artigo, discutiu-se sobre transgeneridade e a percepção de que sexualidade é algo que está inscrito no ser, ou seja, a pessoa nasce com a orientação sexual definida; portanto, não são escolhas, mas sim elementos constitutivos da pessoa, desde o seu nascimento.

Entretanto, ainda é comum nos mais variados espaços de convivência, a afirmação de que o sexo biológico define a pessoa e o seu lugar no mundo. Assim como, por outro lado, as observações que estão em dissonância com esse tipo de percepção, típica do senso comum, esbarram nos discursos de ódio, por vezes mascarado pelo “cuidado” e “proteção” em torno daqueles que são tidos como “normais”. Para Bento e Pelúcio (2012), na academia e nos setores de ativismo, as questões de gênero estão vinculadas a

interesses variados. Desta forma, cada vez mais, os estudos seguem uma linha contra-hegemônica, distanciando-se da concepção da biomedicina.

Conforme podemos verificar nos trechos abaixo, a “escolha” pela transgeneridade seria errada, pois as pessoas trans estariam mais suscetíveis à violência, e arcar com as consequências da “escolha” seria natural e uma punição. É neste sentido que o discurso de ódio se torna eficaz: a sexualidade “errada” e não ensinada pelos pais gera, no futuro, as punições para o filho, que, sozinho, terá que arcar com as consequências. O direito à vida, à existência, à dignidade, à proteção, elementos fundamentais contemplados nos Direitos Humanos, de acordo a mentalidade expressa nos comentários abaixo, não é direcionado para a pessoa trans.

Nasceu homem é homem, nasceu mulher é mulher! Simples assim... As escolhas a serem tomadas a partir daí cabe a cada um mas lembrando que são suas escolhas e não a de todos.. Antes as pessoas se amavam hoje só procuram sexo com quem que se seja e tá ótimo só prazer carnal e acham que estão certos! (G1 – 2017)

Eu só digo uma coisa um dia meus filhos vão fazer suas próprias escolhas. Eu não vou desprezar ou maltratar eles se escolherem algo que eu não os ensinei. Mas eu nunca vou concordar com isso. Isso está errado e pronto. Amar não é aceitar tudo calado. Tam pouco usar de violência se as pessoas tem opinião diferente. Que cada um faça suas próprias escolhas e aguente suas consequências é assim que a vida é. (G1 – 2017)

c) A incapacidade da criança de expressar a identidade de gênero e orientação sexual

Somente do início do século XX em diante a criança foi reconhecida como um sujeito vulnerável e que necessita de proteção e olhares diferenciados. No Brasil, um estatuto específico para a criança e o adolescente foi institucionalizado em 1992, o ECA. Neste ponto, é importante retomar o estudo de Preciato (2013) cujos discursos em defesa da família, moral e costumes (heteronormativos) são perniciosos e perigosos, pois

“A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina. Dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara a reprodução da norma, da escola até o Congresso, transformando isso numa questão comercial. A criança que a

Frigide Barjot deseja proteger é a criatura de uma máquina despótica: um copeísta diminuído que faz campanha para a morte em nome da proteção da vida.” (PRECIATO, 2013, p. 98)

Os trechos abaixo expressam como aqueles que estão investidos de valores e normas conservadoras que salientam a incapacidade da criança de ser e sentir-se fora da heteronormatividade:

Aluna trans de 13 anos? Ou uma criança que a mãe quer forçar a transexualidade? Com 13 anos essa criança deveria estar brincando e não preocupada com sexo. (G1 – 2017)

Com 13 anos o cara já tem total discernimento pra “mudar” de gênero, mas se um cara de 13 mata alguém, ele não tem consciência dos próprios atos. Esse duplipensar é um escárnio! (G1 – 2017)

Como uma criança com 13 anos pode ser considerada trans? Com esse idade uma pessoa não sabe direito nem qual estilo de música gosta, muda estilo musical, de se vestir e tudo mais. Mas aí a mídia e essa ideologia podre vem dizer que com 13 anos uma criança pode ser considerada trans. Sinceramente, fim da picada. E os pais??? Mais uma família que foi terrivelmente enganada por essa corja de defensores de ideologia de gênero. (G1 – 2017)

13 anos? É forçar a barra, deveriam tds ir para um psiquiatra e psicólogos p aprenderem a ensinar a uma criança a ter paciência, a esperar o momento certo, 13 anos mal começaram a funcionar os hormônios, e se descobrir aos 18 q estava errado? Os pais não pensam nisso não? TD tem q ser analisado minuciosamente. (G1 – 2017)

Os valores conservadores, pautados na ideia de que identidade de gênero e sexualidade são escolhas e, portanto, só poderiam ocorrer na idade adulta, são os principais entraves para crianças e adolescentes trans. A escola, como uma instituição que recebe e reproduz a dinâmica social, respira e reflete preconceito, violência e exclusão.

Considerações finais

A intenção deste artigo foi discutir, a partir da análise de comentários em torno de duas matérias publicadas na página do G1 - Portal de Notícias da Globo, na rede social *facebook*, questões envolvendo adolescentes estudantes trans e como a sociedade compreende o papel da escola em relação a este grupo social.

Este estudo pretendeu colaborar com as discussões, urgentes e necessárias, acerca dos olhares que a sociedade lança comumente sobre a escola, sua funcionalidade e a quem se destina. A escolha das redes sociais como um lócus de pesquisa, conforme exposto na introdução e no percurso metodológico,

ocorreu porque, na atualidade, o uso deste espaço pelos variados grupos sociais é constante e crescente. Nas redes sociais, a expressão da opinião tornou-se recorrente e, em muitos casos, reflete polêmicas e como a parte significativa da sociedade compreende e encaminha determinados temas.

Na primeira parte deste artigo, apresentou-se uma discussão sobre a transgeneridade e o sistema educacional brasileiro. A transgeneridade, conceito e historicidade tiveram como base os estudos de Brenice Bento, Larissa Pelúcio, Edith Modesto, entre outros, e enfatizaram o longo caminho para a despatologização da identidade trans. Sobre as crianças e adolescentes trans, uma questão interessante a ser destacada é a dificuldade no reconhecimento da criança em ser, sentir e vivenciar suas experiências. A legislação, por exemplo, conforme enfatizou Godoy (2021), seria a primeira a limitar ao institucionalizar a criança como incapaz. Já no sistema escolar brasileiro, de acordo com o estudo organizado por Thamirys Nunes, apesar da existência de um esquema interessante de proteção à criança e ao adolescente, os dados da pesquisa mostraram que este público não se sente seguro na escola.

Na segunda parte, a ênfase está na reflexão em torno das opiniões impressas na rede social (*facebook*), sobre alunas trans e a permanência na escola. A análise de comentários escolhidos em relação às duas reportagens publicadas pelo G1 – Portal de Notícias da Globo mostrou que, ao observarmos as “opiniões” como um possível termômetro para a compreensão das relações sociais, os comentários estão em desacordo com a proposta dos Direitos Humanos e com o papel social da escola (acolhimento), que é a proteção da vida e da dignidade humana. Para os comentadores, a escola é para todas as crianças e adolescentes, desde que inscritos na heteronormatividade.

Neste sentido, as reflexões sobre gênero e sexualidade, tendo como ponto essencial de análise o olhar da sociedade acerca da criança e adolescente trans na escola, revelaram o longo caminho que ainda precisa ser percorrido para que o ambiente escolar, de fato, seja inclusivo. Os trechos dos comentários selecionados para esta breve análise apresentam um panorama preocupante e, por conseguinte, nos levam a refletir sobre a necessidade urgente de elaborar práticas educativas e instrumentos didáticos que possam colaborar para mudanças substantivas e, especialmente, que tornem a escola um lugar seguro e acolhedor.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 95-112, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298/1731>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BENTO, B; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio-ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017>. Acesso em: 7 mai. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Castro, F. M. de M.; Spinola, C. de A. Metodologia de pesquisas na internet: breves considerações sobre uma pesquisa qualitativa em turismo nas redes sociais. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 5, n. 1, p. 170-188, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1766/1313>. Acesso em: 20/06/2024.

Dworkin, A.; MacKinnon, C. Pornography and civil rights – a new day for women’s equality. 1988. Disponível em: <http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/05/Catharine-A.-MacKinnon-Andrea-Dworkin-Pornography-and-Civil-Rights-A-New-Day-for-Women%E2%80%99s-Equality-1988.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, V. P. **A proteção jurídica da criança e do adolescente transgênero**. São Paulo: Dialética, 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MODESTO, E. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, p. 49-65, dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NUNES, T (org.). **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro** [livro eletrônico]. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

OLSON, K. R. et al. Gender identity 5 years after social transition. **Pediatrics**, Itasca, IL, v. 150, n. 2, p. 1-7, 2022. Special Article. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/150/2/e2021056082/186992/Gender-Identity-5-Years-After-Social-Transition?autologincheck=redirected>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PRECIATO, P. Quem defende a criança queer? **Jangada – Crítica, Literatura, Artes**, Minas Gerais / Viçosa, n. 1, p. 1-10, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17/2>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SANTOS, É. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfvTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 Ago. 2024.

VAZ, F. M. de O. **Transgeneridade infantil para além do binarismo: políticas públicas de inclusão das crianças trans no Brasil**. Salvador: Devires, 2021.

ZENHA, L. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, ano 20 - n. 49, v.1, 2017/2018 - p. 19 a 42. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/2809>. Acesso em: 4 de jun. 2025.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

Como citar este artigo:

Oliveira, Rosane Cristina de. A escola é para quem? Uma análise dos comentários na comunidade do G1 na rede social facebook sobre adolescentes trans na escola. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 22, 2025. Disponível em:

<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11586>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuições individuais: Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Rosane Cristina de Oliveira. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Rosane Cristina de Oliveira.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Durante a preparação deste trabalho, a autora não utilizou ferramentas, modelos ou serviços de Inteligência Artificial em nenhuma etapa da produção do manuscrito. Todo o conteúdo foi elaborado, revisado e editado exclusivamente pela autora, que assume integralmente a responsabilidade pelo conteúdo da publicação, em conformidade com o método científico."

Revisores: Luiz Orlando de Oliveira Filho (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT).

Sobre a autora:

ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências Sociais Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e professora do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Vassouras – Campus de Saquarema.

Recebido em 30 de agosto de 2024
Versão corrigida recebida em 12 de agosto de 2025
Aprovado em 15 de dezembro de 2025